



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 00133/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00169 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Social

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamentos acerca do fechamento da unidade São Vicente Centro do Programa Bom Prato. Documento inexistente. Provimento negado.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00133/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em seu pedido o solicitante pergunta "por qual ato" uma das unidades do Bom Prato situada na cidade de São Vicente "foi extinta". Em resposta e em recurso o órgão prestou vários esclarecimentos sobre a instalação de restaurantes populares do Programa Bom Prato e informou que a unidade vai mudar de endereço: *"Diante de tudo isso e da oferta da municipalidade em disponibilizar outro local para reabertura da unidade, optamos pela mudança de endereço."* Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso concreto em análise, verifica-se a impossibilidade material de se atender ao pedido do recorrente, uma vez que o órgão informou que haverá mudança de endereço e, desta forma, pode-se concluir que não existe ato de extinção da unidade do Bom Prato em questão.
4. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista. Assim, a declaração de inexistência da informação é satisfatória e atende aos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Nesse sentido, cumpre observar que a Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Governo Federal - CRMI - consolidou o entendimento de que "a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa" (Súmula CMRI nº 6, de 2015).
5. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme esposado na manifestação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: *"A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos*

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

6. Considerando a inexistência do documento solicitado, **conheço do recurso**, e no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 23 de abril de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público